



REPORTAGEM DE CAPA

MUTIRÃO ANTI-DILMA

O TSE E O TCU ALIMENTAM A CRISE E MUNICIAM A OPOSIÇÃO

— por ANDRÉ BARROCAL —

M RECENTE VIAGEM à Bahia para entregar casas populares, Dilma Rousseff fez um pronunciamento naquele estilo peculiar. “A gente”, afirmou, “não pode se ate-morizar nunca diante da dificuldade.” “Agente”, no caso, era ela mesma. A presidente está mais uma vez metida em embaraços. Às vezes ela até parece um personagem de videogame. A cada nova fase vencida, maiores se tornam os desafios. A obsessão oposicionista em derrubá-la recebeu providenciais empurros de dois tribunais, o Superior Eleitoral e o de Contas da União. Este último, aliás, chama-se tribunal por excesso de formalidade. Merecia outro nome, pois trata-se de um órgão auxiliar do Congresso Nacional e é composto basicamente por ex-parlamentares e apadrinhados políticos. No TSE, abriu-se um processo de cassação da chapa Dilma Rousseff–Michel Temer, fato inédito no Brasil, no caso de candidaturas presidenciais. No TCU, outro acontecimento incomum. As contas do governo foram

reprovadas pela primeira vez desde 1937. Se parte do Congresso desejava, acaba de ser premiada com pretextos para no mínimo atazar a vida da mandatária e, no extremo, abrir um processo para retirá-la do cargo.

O pretexto surgiu em um marcante clima anti-Dilma na quarta-feira 7. No dia anterior e naquele manhã, o governo não conseguiu aprovar os vetos presidenciais à chamada pauta-bomba, embora tenha realizado uma reforma ministerial e entregado sete pastas ao PMDB



Enrolado por causa
de contas na Suíça, Cunha
apoia-se no golpismo



A margem
da presidente
fica mais
estreita. Ela
terá de errar
menos

Mendes e Toffoli, unidos
na reviravolta do processo
na Justiça Eleitoral



Nardes,
do TCU, nega,
mas também
age contra
o Planalto

justamente para recompor sua base de apoio no Congresso. Fora isso, há semanas era possível sentir nos corredores do TCU o ar de reprovação, graças a uma avalanche de e-mails aos ministros e à disposição destes de inclinar-se à opinião pública midiática. Uma espécie de repetição do espírito reinante em 2012 no Supremo Tribunal Federal durante o julgamento do “mensalão” do PT. Um ex-colaborador das gestões Lula e Dilma conta ter ouvido do ministro do TCU José Múcio Monteiro que a rejeição era certa. Motivo: o desprezo presencial pela corte e pela política. Não surpreende o placar unânime.

Nahor do julgamento, o tribunal estava cercado de faixas (“TCU, o Brasil está de olho”, dizia uma), alguns carros de som, um boneco inflável gigante de Dilma Rousseff em trajes esfarrapados e gatos-pingados dos movimentos pró-*impeachment*. Um notório líder dessa turma, Kim Kataguiri, de 19 anos, do autointitulado Movimento Brasil Livre, assistiu à sessão no

plenário. Proferida a sentença, ouviram-se nas imediações do TCU fogos de artifício, buzinações e o *Hino Nacional*.

Na plateia engrossada por Kataguiri encontravam-se ilustres deputados da trupe do “Fora Dilma”. Entre estes, Carlos Sampaio, líder do PSDB e defensor do “benefício da dúvida” para Eduardo Cunha, o presidente da Câmara titular de contas na Suíça. Mendonça Filho, autor da proposta que permitiu a reeleição do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e atual líder do DEM, partido cujo presidente, senador José Agripino, acaba de virar alvo de inquérito no STF por corrupção. E Paulinho da Força, do Solidariedade, há um mês réu no mesmo Supremo igualmente por corrupção.

Segundo avaliação do Palácio do Planalto, o clima anti-Dilma foi alimentado pelo relator das contas, Augusto Nardes. Esta foi uma das razões para um lance inesperado que se revelou um fracasso. Às vésperas do julgamento, o advogado-geral da União, Luís Inácio Adams, tentou tirar o processo das mãos do ministro sob a alegação de violação da Lei Orgânica da Magistratura, que proíbe magistrados de “manifestar, por qualquer



MIGUEL SCHINCARIOL/AFP/DIDA SAMPAIO/ESTADÃO
CONEÚDO, ANDRESSA ANHOLETE/AFP E LULA MARQUES



REPORTAGEM DE CAPA



meio de comunicação, opinião sobre processo pendente de julgamento”.

A AGU reuniu cerca de 2 mil declarações de Nardes em entrevistas. Queria provar que o relator agira com parcialidade e ignorava argumentos contrários. Ao *Valor* de 24 de setembro, por exemplo, o ministro afirmou: “O TCU fará história”. Dez dias antes, o senador Lasier Martins, do PDT, gaúcho como Nardes, contara à Rádio do Vale, do Rio Grande do Sul, ter escutado do ministro: “Pode ficar tranquilo que o TCU vai rejeitar as contas da presidente Dilma”. Por trás da predisposição de Nardes estaria o desejo de “transformar isso (*arepreação*) artificiosamente num movimento de cassação da presidente”, afirmou Adams durante julgamento das contas.

A ofensiva da AGU deu em nada. Pior, facilitou a rejeição das contas. O Supremo negou um mandado de segurança que tentava adiar a sessão do TCU. E o plenário deste, ao decidir preliminarmente sobre a acusação a Nardes, resolveu, por unanimidade e com críticas explícitas ao governo, que o ministro não agira mal e ficaria na relatoria. Respaldado,

Nardes posou de vítima e declarou-se autor de um parecer “técnico”. Nele, condenou as “pedaladas fiscais”, expressão descritiva de atrasos no repasse de dinheiro do Tesouro Nacional a bancos públicos popularizada no noticiário a partir de julho de 2014. Popularizada, ressaltou-se, graças a disputas por poder no Ministério da Fazenda. Não só. Apontou Dilma como “diretamente” responsável por uma “desgovernança fiscal” violadora da Lei de Responsabilidade Fiscal, senha para o Congresso processar a mandatária. No dia seguinte, o relator nem esperou para desdizer-se sobre o caráter técnico de seu relatório. Em mais um lance favorável à oposição, disse ver indícios de que as práticas consideradas irregulares continuam a ocorrer. Não foi uma declaração ao vento. Há uma dúvida jurídica. Para muitos, o *impeachment* exigiria a comprovação de crimes cometidos durante o mandato. Por esse ponto de vista, a repreação das contas de 2014 não seria suficiente para afastar Dilma do cargo.

Outra ala argumenta que o instrumento de cassação foi criado antes da aprovação da reeleição. Dessa forma, entraria em discussão o conceito de novo mandato.

Nardes usou a expressão “desgovernança fiscal” e parece à vontade com o tema. Ou entenderia melhor o termo “desfalque fiscal”? A Operação Zelotes, que apura um esquema criminoso de anulação de dívidas tributárias e realizou uma nova fase de buscas e apreensões na quinta-feira 8, desconfia do envolvimento do ministro na fraude. Nas investigações da Polícia Federal e do Ministério Públco surgiram indícios de um pagamento a Nardes de cerca de 1,8 milhão de reais feito por uma empresa envolvida até o pescoço na trama, a SGR Consultoria.

A suspeita contra Nardes ampara-se em informações obtidas a partir da quebra de sigilo bancário da SGR, de anotações encontradas em escritórios da empresa e de interceptações de telefonemas e de e-mails de investigados. Em telefonemas e e-mails, por exemplo, uma tal Gigliane, funcionária da



Wagner, na posse da Casa Civil: a insistência no *impeachment* é “subversão perigosa”

LULA MARQUES/ED FERREIRA/BRAZIL PHOTO PRESS/AP, JORGE WILLIAMS/OGLOBO E JOSÉ CRUZ/ABR



Adams, da AGU, tentou uma manobra arriscada, mas o TCU apoiou o relator. Os rojões parecem, no entanto, precipitados

SGR supostamente responsável pelo repasse de dinheiro ilícito, discute pagamentos ao “tio” e ao “Ju”. Nardes foi sócio de um sobrinho advogado, Carlos Juliano Ribeiro Nardes, na Planalto Soluções e Negócios. Os investigadores enxergam ligações entre a SGR e a Planalto.

O repasse seria uma espécie de comissão paga a Nardes por ele colaborar de algum modo com um caso específico na mira da Zelotes, o sumiço de 150 milhões de reais em dívidas da RBS, retransmissora da TV Globo no Rio Grande do Sul, terra do ministro. Nardes teria usado sua influência em Brasília para facilitar a operação. O desaparecimento dos débitos ocorreu no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), órgão do Ministério da Fazenda em que o esquema se materializava. Em

troca da anulação da dívida, a RBS teria pago 15 milhões de reais a uma série de intermediários e agentes públicos. Entre eles, um ex-conselheiro do Carf e sócio da SGR, José Ricardo da Silva.

Silva e a SGR, segundo as apurações, tinham papel central no esquema. Intermediavam os contatos entre conselheiros do Carf e empresas endividadas dispostas a subornar. E distribuíam o dinheiro entre as partes. Segundo um relatório da Polícia Federal, a RBS foi o maior cliente da SGR entre 2005 e 2013. Pagou 11,9 milhões de reais. É dessa quantia que teria saído o quinhão de Nardes. A *CartaCapital* o ministro disse “que se afastou da Planalto Soluções e Negócios em maio de 2005”, que “não recebeu nada proveniente ou relacionado à empresa” nem “participou de nenhuma atividade desta” desde seu desligamento. Não se pronunciou sobre relações com a SGR.

Conhecido o veredito do TCU, a Presidência da República divulgou nota na qual afirma que “os órgãos técnicos e jurídicos do governo federal têm a plena convicção de que não existem motivos legais para a rejeição das contas”. Mais: a conduta condenada teria preservado “programas sociais fundamentais para o povo brasileiro”, como o Bolsa Família. Já a oposição era pura alegria, como demonstrou Agripino Maia, o neoinvestigado por corrupção. “A rejeição por unanimidade das contas reforçará a tese do *impeachment*.”

Para o novo chefe da Casa Civil, Jaques Wagner, a insistência oposicionista no *impeachment* é uma “subversão perigosa” de um “instrumento poderosíssimo” que jamais deveria ser usado na “luta política” ou contra um governo impopular e sem maioria no Congresso. Segundo Wagner, o impedimento não pode ser um objetivo dos interessados, mas consequência de um ato criminoso comprovado. Seu antecessor, Aloizio Mercadante, despediu-se do cargo com críticas àqueles que “acenam desvergonhadamente com o golpe”.

O futuro do relatório do TCU, e de Dilma, é incerto e dependerá de uma guerra política e jurídica que dificilmente se esgotará em 2015. O parecer irá

NARDES, DO TCU, ESTÁ NA MIRA DA OPERAÇÃO ZELOTES



REPORTAGEM DE CAPA

agora ao Congresso para o exame inicial na Comissão de Orçamento, a reunir deputados e senadores. O relator será indicado pela presidente da comissão, a senadora capixaba Rose de Freitas, do PMDB. Na eleição de 2014, ela fez campanha em seu estado para o tucano Aécio Neves, mas costuma se alinhar ao presidente do Senado, o peemedebista Renan Calheiros, discreto aliado de Dilma. Não é líquido e certo que a comissão conclua a análise do relatório ainda neste ano. O próprio Cunha deu a entender que o trabalho só seria encerrado em 2016.

Caso a comissão aprove o relatório, desfecho nada improvável diante da incapacidade do Planalto de fortalecer-se no Congresso mesmo após a recente reforma ministerial, o documento será examinado em plenário por deputados e senadores. Há, porém, uma dúvida não desfeita pelo STF. Câmara e Senado votam juntos ou em separado? No primeiro caso, marcar a votação dependeria de Calheiros. Na segunda, de Eduardo Cunha, conspirador anti-Dilma. Em agosto, o STF ensaiou de terminar uma votação conjunta, falta dar a palavra final.

Se no final da história os parlamentares aprovarem o parecer do TCU, a oposição tentará emplacar no Congresso um processo por crime de responsabilidade contra Dilma. Estará então aberta uma batalhajurídica, com pareceres para todos os gastos. O culpado pela “desgovernança fiscal” seria a presidente ou seus subordinados da área econômica? Pode-se cassar um presidente por fatos do primeiro mandato? São questões sobre as quais nem a comunidade jurídica se entende.

Um dia após a decisão do TCU, a Ordem dos Advogados do Brasil criou uma comissão para estudar as implicações possíveis para Dilma e um eventual pedido de *impeachment*. O Instituto dos Advogados de São Paulo já havia encomendado pareceres a quatro advogados sobre algumas dúvidas a-



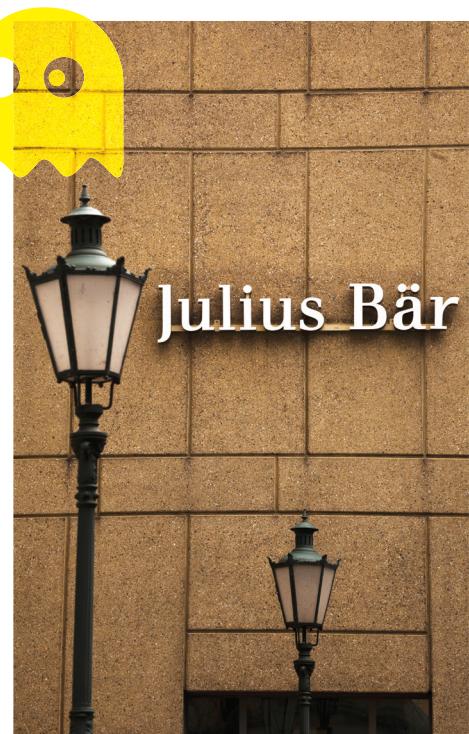
NÃO É A SUÍÇA, MAS...

Deputados pedem a cassação de Eduardo Cunha

Em resposta a um requerimento apresentado pela bancada de deputados do PSOL, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, confirmou, por meio de ofício, a existência de contas bancárias na Suíça atribuídas ao presidente da Câmara, Eduardo Cunha, e seus familiares. Sem mencionar os valores depositados, o documento assinado por Janot e remetido aos parlamentares na quinta-feira 8 informa ainda que os saldos das

contas foram bloqueados pelas autoridades daquele país.

Na verdade, os recursos estão inacessíveis desde abril, quando o banco Julius Bar identificou Cunha, sua mulher, a jornalista Cláudia Cordeiro Cruz, e uma das filhas do deputado como beneficiários finais de contas secretas que somam 2,4 milhões de dólares, cerca de 9 milhões de reais. A própria instituição financeira reportou as suspeitas de origem ilícita do dinheiro ao procurador-geral



Parlamentares de diferentes partidos recorreram à Corregedoria. Banco suíço confirma contas de Cunha

suíço, Michael Lauber, que instaurou um inquérito contra o deputado por suspeita de corrupção e lavagem de dinheiro. Mais recentemente, o Ministério Público da Suíça firmou um acordo de colaboração com o Brasil e passou a compartilhar informações com a Procuradoria-Geral da República.

A revelação reforça as suspeitas contra o presidente da Câmara, acusado de receber propinas da Petrobras. Em julho deste ano, Júlio Camargo, um dos delatores da Operação Lava Jato, afirmou à Justiça Federal no Paraná que Cunha exigiu 5 milhões de dólares de correntes de contratos para a construção de navios-sonda da Petrobras. No fim de setembro, o lobista João Augusto Rezende Henriques, ligado

ao PMDB, admitiu à Polícia Federal ter feito repasse de dinheiro para uma conta no exterior que tinha o deputado como beneficiário final.

Além disso, segundo as investigações da Lava Jato, o Julius Bar é um dos bancos que abrigou parte dos desvios da Petrobras. Dois integrantes da Diretoria Internacional da estatal, o ex-diretor Jorge Zelada e o ex-gerente Eduardo Musa, mantinham contas secretas na instituição.

Vamos desenhar: dois delatores acusam Cunha de exigir propina. Autoridades suíças identificam contas suspeitas do deputado em um dos bancos do país. O banco também recebeu depósitos de ao menos outros dois acusados no escândalo. Falta mais o quê?

Bem ao estilo Paulo Maluf, o presidente da Câmara continua a negar a titularidade de contas no exterior. Em 1º de outubro, o deputado Chico Alencar, líder do PSOL, chegou a usar a tribuna da Câmara para questioná-lo sobre a existência de recursos depositados na Suíça. O presidente da Câmara desviou o olhar e não respondeu. No dia seguinte, por meio de nota, o peemedebista reiterou o depoimento que havia dado à CPI da Petrobras: "Não tenho qualquer tipo de conta em qualquer lugar que não seja a que está declarada no meu Imposto de Renda".

Por ora, a oposição, retrato da indignação seletiva, permanece como um dos principais sustentáculos políticos de Cunha. Desde fevereiro, quando o deputado derrotou o PT e assumiu o comando da Câmara, ele mantém articulação com lideranças do PSDB, do DEM e do Solidariedade, as três principais legendas que pedem o impeachment de Dilma Rousseff. Na segunda-feira 5, o deputado Carlos Sampaio, líder do PSDB, não hesitou em sair em defesa do presidente da Câmara, mesmo diante da informação sobre as contas secretas na Suíça: "Ele tem, por ora, o benefício da dúvida".

A aliança parece, porém, estar com os dias contados. "Cunha é carne morta", sentenciou Alberto Goldman, vice-presidente do PSDB e ex-governador de São Paulo. "Até quando vai resistir, ninguém sabe. Mas que vai cair, vai. E levando gente junto", emendou o senador tucano Tasso Jereissati. Aécio Neves, por sua vez, tentou consertar a fala do colega

Bem ao estilo Paulo Maluf, o presidente da Câmara continua a negar a titularidade de contas no exterior. Em 1º de outubro, o deputado Chico Alencar, líder do PSOL, chegou a usar a tribuna da Câmara para questioná-lo sobre a existência de recursos depositados na Suíça. O presidente da Câmara desviou o olhar e não respondeu. No dia seguinte, por meio de nota, o peemedebista reiterou o depoimento que havia dado à CPI da Petrobras: "Não tenho qualquer tipo de conta em qualquer lugar que não seja a que está declarada no meu Imposto de Renda".

Bem ao estilo Paulo Maluf, o presidente da Câmara continua a negar a titularidade de contas no exterior. Em 1º de outubro, o deputado Chico Alencar, líder do PSOL, chegou a usar a tribuna da Câmara para questioná-lo sobre a existência de recursos depositados na Suíça. O presidente da Câmara desviou o olhar e não respondeu. No dia seguinte, por meio de nota, o peemedebista reiterou o depoimento que havia dado à CPI da Petrobras: "Não tenho qualquer tipo de conta em qualquer lugar que não seja a que está declarada no meu Imposto de Renda".

Na quarta-feira 7, um grupo de 30 deputados de sete partidos diferentes protocolou uma representação na Corregedoria da Câmara na qual pede a cassação do mandato de Cunha. Com isso, o deputado perderia o direito ao foro privilegiado no julgamento da Lava Jato. No dia seguinte, a bancada do PSOL anunciou a disposição de abrir outra frente.

Pretende ingressar no Comitê de Ética da Câmara com um processo por quebra de decoro parlamentar. A peça incluirá o ofício de Janot que confirma as contas na Suíça. "Agora, com este documento formal e oficial, temos plena condição de fazer esta representação. As condições políticas para ele permanecer na presidência acabaram", afirmou Alencar.

Com o controle da Mesa Diretora da Casa Legislativa, Cunha faz pouco caso das iniciativas. "São os mesmos que entraram com mandado de se

gurança para a maioria penal, os mesmos que entraram com mandado de segurança para financiamento de campanha, para interromper votação, que fizeram manifesto contra a Presidência. São os mesmos. Já estou habituado. É uma oposição conhecida". Reforçou, ainda, não pretender abandonar o comando da Câmara: "Não há a menor possibilidade de eu renunciar, licenciar ou qualquer coisa do gênero". A ver.

- por Rodrigo Martins



O presidente da Câmara adota a estratégia Maluf



REPORTAGEM DE CAPA



Calheiros pode definir o ritmo da análise do parecer do TCU. E o governo continua sem uma base organizada



► **respeito do impeachment:** Adilson Dallari, da PUC paulista, Carlos Ayres Britto e Carlos Velloso, ex-ministros do STF, e Renato de Mello Jorge Silveira, da USP. Os dois primeiros já terminaram, com conclusões opostas. Para Dallari, Dilma pode sofrer *impeachment* por atos e omissões no primeiro mandato. Mesma visão de Ives Gandra Martins, voz do conservadorismo e aliado de primeira hora de quem esteja disposto a demonizar a esquerda. Ayres Britto acha o contrário, em linha com Dalmo Dallari, este simpatizante do PT.

O TSE também é fonte de fatos capazes de produzir outra batalha jurídica. Na terça-feira 6, o tribunal aceitou um pedido do PSDB e abriu uma ação de impugnação da chapa Dilma-Temer. Para os advogados tucanos, houve abuso de poder político e econômico na campanha petista de 2014. Há um mistério não desfeito, todavia. E nada trivial. Não se sabe qual ministro comandará o processo. Se vingar uma das ideias que circulam pelo tribunal, o caso cairá com

Gilmar Mendes, antipetista da gema. O presidente do TSE, José Dias Toffoli, promete uma solução para breve.

Foi Mendes quem salvou o pedido do PSDB. A relatora do caso, Maria Thereza de Assis Moura, defendeu o arquivamento em fevereiro. Para ela, os autores “não apresentam o indício de prova que pudesse justificar o prosseguimento de ação tão cara à manutenção da harmonia do sistema democrático”. Um recurso tucano contra o arquivamento permitiu a Mendes liderar uma reviravolta em agosto. Segundo o ministro, a ação devia seguir, pois há um “noticiário diário que revela possível utilização de recursos oriundos de corrupção na campanha presidencial”. Interessa-o achar elos entre desvios na Petrobras e a campanha dilmista. Na terça 6, a ministra Luciana Lossio disse que notícia de jornal não era motivo para pente-fino em chapa presidencial. Em vão. O processo foi aberto por 5 votos a 2.

Na visão de um governador tucano nada empolgado com a ideia de depor Dilma, o processo no TSE é mais perigoso para a presidente do que as contas reprovadas pelo TCU. E por se tratar de um caso sem paralelos no País, há quem se pergunte se uma corte eleitoral poderia cassar um presidente. No parecer encamulado pelo PT, Dalmo Dallari diz que não. O artigo da Constituição sobre a deposição de presidentes “não dá competência ao Tribunal Superior Eleitoral para decidir sobre a cassação”. Gandra Martins acha o contrário. Se não for assim, tem dito ele, o TSE “não teria função nenhuma”.

Caso percam a ação no TSE, julgamento sem prazo e dependente de diversas averiguações, os advogados de Dilma prometem recorrer ao STF. Que também teria de decidir se, cassada a chapa Dilma-Temer, haveria nova eleição ou assumiria o segundo colocado naquela disputa, Aécio Neves. Os tucanos se empolgam com a possibilidade de voltar ao Palácio do Planalto após 13 anos fora do poder. Mas não seria tão fácil quanto imaginam. Talvez a militância pró-*impeachment* tenha soltado rojões à toa. Por ora, a pressão só serve mesmo para integrantes do baixo e do alto clero do Congresso interessados em arrancar mais algumas vantagens do governo Dilma. •

EM TODOS OS CASOS, A BATALHA JURÍDICA PROMETE SER LONGA